



PREFEITURA DE

## CONCEIÇÃO DO CASTELO

Estado do Espírito Santo

Conceição do Castelo – ES, 24 de dezembro de 2025.

**OF. GAB/PMCC nº. 525/2025**

**Ao Excelentíssimo Senhor:**

**HUMBERTO ROCHA**

**Presidente da Câmara de Vereadores de Conceição do Castelo - ES**

**Assunto: Veto Parcial do Projeto de Lei Complementar nº 010/2025.**

Exmº. Srº. Presidente,

Cumprimentando-o respeitosamente, venho por meio deste, com fundamento no artigo 66 da Constituição Federal, aplicado subsidiariamente ao processo legislativo municipal, comunicar o **VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 10/2025**, aprovado por essa Egrégia Câmara Municipal.

O veto recai exclusivamente sobre o item 4 do artigo 2º do referido Projeto de Lei Complementar, permanecendo inalterados e sancionados os demais dispositivos.

O item 4 do artigo 2º, embora elaborado com a intenção de atender a determinado segmento, revela-se contrário ao interesse público, na medida em que sua aplicação prática poderá gerar efeitos administrativos adversos, comprometendo a eficiência da gestão pública e a adequada prestação dos serviços à coletividade.

O dispositivo impõe obrigações e/ou condicionantes que não se harmonizam com a realidade administrativa e financeira do Município, podendo ocasionar desequilíbrio na execução das políticas públicas, além de restringir a discricionariedade administrativa necessária ao atendimento do interesse coletivo, em afronta aos princípios da eficiência, razoabilidade e supremacia do interesse



Autenticar documento em <https://cmcc.splonline.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310031003600330035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PREFEITURA DE

## CONCEIÇÃO DO CASTELO

Estado do Espírito Santo

público, previstos no artigo 37 da Constituição Federal e aplicáveis à Administração Pública Municipal.

Ressalta-se, ainda, que o referido requisito **não se compatibiliza com a atual realidade do mercado laboral**, na medida em que impõe exigência que não é adotada de forma generalizada por outros entes municipais, o que pode dificultar o provimento de cargos e a formação de quadro técnico qualificado. Nesse sentido, destaca-se que **outros municípios não impõem tal requisito para o ingresso na carreira**, a exemplo do Município de Venda Nova do Imigrante, conforme se verifica da legislação vigente (<https://camaravni.camarasempapel.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/C16572024.HTML#anxl>), circunstância que evidencia a desnecessidade e a inadequação da exigência ora vetada.

A manutenção do referido item, portanto, não atende ao interesse geral da população, podendo resultar em prejuízos à organização administrativa e à correta aplicação dos recursos públicos, razão pela qual se impõe o presente veto parcial como medida de prudência e responsabilidade administrativa.

Diante do exposto, submeto o presente Veto Parcial à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal, para os fins previstos em lei.

Sem mais para o momento, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**VALBER DE VARGAS FERREIRA**

Prefeito de Conceição do Castelo/ES



Autenticar documento em <https://cmcc.splonline.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310031003600330035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



PREFEITURA DE  
**CONCEIÇÃO DO CASTELO**

Estado do Espírito Santo

**LEI COMPLEMENTAR N.º 107/2025**

**ALTERA A LEI COMPLEMENTAR  
Nº 002, DE 30 DE NOVEMBRO DE  
1994 E A LEI Nº 515, DE 09 DE  
SETEMBRO DE 1994 E SUAS  
ALTERAÇÕES POSTERIORES E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O cargo de provimento efetivo denominado “**Guarda Municipal**”, previsto nos anexos I, II e III, da Lei Complementar Municipal nº 002, de 30 de novembro de 1994 e suas alterações posteriores, passa a denominar-se “**Vigia Patrimonial**”, permanecendo no mesmo nível de vencimento.

**Art. 2º** Fica incluído no Anexo VII da Lei Complementar nº 002/94, a seguinte classe, descrição sintética, atribuições típicas e requisitos para provimento no cargo de Vigia Patrimonial:

**“1 - Classe: Vigia Patrimonial**

**2 - Descrição Sintética:**

- Compreende os cargos que se destinam a guarda do patrimônio municipal e a observação de edifícios públicos e afins, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências.

**3 - Atribuições Típicas:**

- Promover à vigilância e a ordem no prédio da Prefeitura e de todo o patrimônio público municipal, realizando vigilância diurna e noturna;
- Promover a vigilância diurna e noturna nas áreas e logradouros públicos;
- Vigiar a entrada e saída de pessoas nas dependências municipais, orientando e prestando informações ao público, podendo atender telefone e anotar recados, quando solicitado;
- Solicitar a presença de viaturas policiais ou ambulâncias para garantir a ordem e atender as urgências, quando for necessário;







PREFEITURA DE  
**CONCEIÇÃO DO CASTELO**

Estado do Espírito Santo

- Zelar pelos veículos, equipamentos e materiais, postos sob sua responsabilidade;
- Percorrer o local de vigilância em intervalo regulares, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente, e,

observando pessoas que lhe pareçam suspeitas, para possibilitar a tomada de medidas preventivas;

- Comunicar as Chefias em caso de problemas graves, para a manutenção da ordem ou em caso de incêndio;
- Observar e cumprir escalas de serviços, comunicando a chefia com antecedência, quando se fizer necessárias as substituições;
- Estar atento a entrada e saída de veículos, bem como de pessoas, evitar manter conversação prolongada com pessoas estranhas ao serviço;
- Oferecer um tratamento educado e cortês a todos os servidores, professores e estudantes, caso atue em escolas, e demais visitantes;
- Realizar Monitoramento Eletrônico, se houver no setor de sua atuação;
- Porta-se de forma correta em seu trabalho, desenvolvendo as suas atividades de forma organizada, com clareza, observando e respeitando as normas do Município e os demais colegas, colaborando para manter o ambiente de trabalho limpo e harmonizado;
- Utilizar os EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, disponibilizados pelo Município, quando a atividade desempenhada exigir, objetivando prevenir-se de possíveis danos a sua saúde;
- Zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho;
- Realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

**Art. 3º** O “CAPITULO II, DA GUARDA MUNICIPAL”, previsto na Lei Municipal nº 515, de 09 de setembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação: “CAPITULO II, DA VIGILÂNCIA PATRIMONIAL.”

**Art. 4º** O Artigo 13, e parágrafo único, da Lei Municipal nº 515, de 09 e setembro de 1994, passa a vigor com a seguinte redação:

**“Art. 13.** A Vigilância Patrimonial é ligada diretamente à Secretaria Municipal de Administração, Cultura e Turismo, tendo como âmbito de ação auxiliar a proteção dos bens, serviços e instalações do Município.

**Parágrafo Único.** Os Vigias Patrimonial serão coordenados diretamente pelo Secretário(a) da Pasta a que o servidor esteja vinculado e desenvolverá suas atividades dentro das diretrizes apontadas no caput deste artigo.”

**Art. 5º** Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 509, de 27 de maio de 1994.





PREFEITURA DE  
**CONCEIÇÃO DO CASTELO**

Estado do Espírito Santo

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal do Conceição do Castelo-ES, em 24 de dezembro de 2025.

**VALBER DE VARGAS FERREIRA**  
**Prefeito Municipal**

**Processo:** 10540/2025

**Tipo:** Veto: 2/2025

**Área do Processo:** Legislativa

**Data e Hora:** 24/12/2025 12:50:40

**Procedência:** Valber de Vargas Ferreira - Prefeito Municipal

**Assunto:** Veto parcial do projeto de lei complementar nº 010/2025.





PREFEITURA DE  
**CONCEIÇÃO DO CASTELO**

Estado do Espírito Santo

**SANÇÃO**

Eu **VALBER DE VARGAS FERREIRA**, Prefeito de Conceição do Castelo Estado do Espírito Santo, no uso de minhas atribuições legais, e nos termos previstos no artigo 42 da Lei Orgânica Municipal, **SANCIONO** para todos os fins de direito e que se fizerem necessários o **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 010/2025** de autoria do Poder Executivo Municipal e aprovado pela Câmara Municipal na data de 16 dezembro de 2025, atribuindo – a como **LEI n.º 107/2025**.

Gabinete do Prefeito de Conceição do Castelo / ES, 24 de dezembro de 2025.

**VALBER DE VARGAS FERREIRA**  
**Prefeito Municipal**